



LEI

LEIS 2.481-2.488-2.493 E 2.495



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº. 2.495, de 02 de janeiro de 2020

Institui o auxílio-transporte no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores, o Auxílio-Transporte, a ser concedido aos servidores integrantes do seu Quadro de Pessoal.

Art. 2º. O Auxílio-Transporte tem natureza jurídica indenizatória, devendo ser concedido em pecúnia e destinando-se ao custeio parcial de despesas realizadas pelos servidores com transporte municipal e intermunicipal, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho.

§ 1º. O Auxílio-Transporte somente será devido ao servidor que cumpra, efetivamente, a sua jornada de trabalho na sede do órgão.

§ 2º. O Auxílio-Transporte não se incorporará aos vencimentos dos servidores, não servindo ainda como base de cálculo para qualquer outro benefício ou para contribuição previdenciária.

**CAPÍTULO II
DO VALOR, CONCESSÃO E FORMA DE CÁLCULO**

Art. 3º. O valor mensal do Auxílio-Transporte corresponderá à diferença entre o total das despesas efetivas com os deslocamentos do servidor, na forma desta lei, e a parcela equivalente a 8% (oito por cento) incidente sobre o seu vencimento total.

§ 1º. Não fará jus ao Auxílio-Transporte o servidor que realizar despesas cujo valor total com transportes seja igual ou inferior ao da parcela resultante da aplicação do percentual previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º. A concessão do Auxílio-Transporte é limitada ao valor máximo de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por mês ao servidor que o requerer e a ele fizer jus.

Prefeitura Municipal

Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 3º. O valor do Auxílio-Transporte será apurado mediante a multiplicação do valor da despesa diária com transporte coletivo municipal e intermunicipal, limitando-se aos dias úteis do mês vindouro e de acordo com a escala de serviços informada pelo chefe imediato a que esteja subordinado o servidor.

§ 4º. Ao servidor caberá apresentar a comprovação dos cálculos correspondentes.

Art. 4º. O Auxílio-Transporte é devido para, até, 02 (dois) deslocamentos diários.

Art. 5º. Na ocorrência de acumulação lícita de cargos, poderá o servidor optar pelo recebimento do benefício para o deslocamento “trabalho-trabalho” em substituição ao percurso “residência-trabalho”.

Art. 6º. Será considerado para fins de deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa, o itinerário com distância mínima de 2km (dois quilômetros) e máxima de 50km (cinquenta quilômetros).

Parágrafo único. A Câmara não se responsabilizará nem poderá arcar com as despesas decorrentes dos deslocamentos além dos limites estabelecidos no *caput*.

Art. 7º. A concessão do auxílio-transporte far-se-á por ato da Presidência, mediante declaração firmada pelo servidor, na qual ateste a realização das despesas com transporte, acompanhado de requerimento a ser apresentado no Setor de Recursos Humanos, contendo, obrigatoriamente:

- I – o endereço residencial do servidor, devidamente comprovado;
- II – a jornada de trabalho diária;
- III – o percurso diário;
- IV – o itinerário necessário e mais adequado ao deslocamento “residência-trabalho” e “trabalho-residência” ou “trabalho-trabalho”.

§ 1º. A comprovação de endereço deverá ser realizada por qualquer dos seguintes documentos emitidos em nome do próprio servidor:

- a) IPTU;
- b) fatura de cartão de crédito;
- c) conta de internet ou TV a cabo;
- d) conta de telefone, celular ou fixo;
- e) conta de gás, luz ou água;
- f) contrato de locação de imóvel, completo e com firma reconhecida;
- g) multa de trânsito;
- h) boleto do plano de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 2º. A opção referida no *caput* deste artigo deverá ser renovada pelo servidor sempre que ocorrerem alterações de qualquer das circunstâncias que fundamentaram o pedido e a concessão do benefício.

§ 3º. O servidor assume total responsabilidade pelas informações constantes do referido pedido, devendo comunicar eventuais alterações de endereço e dos meios de transporte utilizados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de incorrer nas penalidades administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

§ 4º. O servidor beneficiário do Auxílio-Transporte deverá apresentar, semestralmente, comprovante de residência atualizado, sob pena de suspensão imediata do benefício até regularização.

Art. 8º. O auxílio-transporte será concedido, após conferência e exame do itinerário e da real necessidade da utilização dos meios de transporte indicados pelo servidor, levando-se em consideração os princípios da economicidade e da razoabilidade.

Art. 9º. É vedada a concessão do Auxílio-Transporte aos servidores que se encontrarem afastados do exercício de seus cargos ou funções, a qualquer título, inclusive em virtude de férias, licenças, afastamentos diversos, faltas abonadas, justificadas ou injustificadas.

§ 1º. A concessão do Auxílio-Transporte caberá ao órgão no qual o servidor se encontre prestando serviços nos casos de cessação do servidor a qualquer outro órgão público da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer esfera de governo.

§ 2º. Na vedação a que se refere o *caput* deste artigo, não se incluem os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período das eleições, os convocados para participar de Tribunal do Júri e os autorizados a se ausentarem do serviço para doação de sangue, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º. Cabe à chefia imediata a responsabilidade pelos apontamentos de licenças, afastamentos, faltas, abonos e de outros eventos cujas ocorrências justifiquem a não concessão do benefício.

§ 4º. A autoridade que tiver ciência de que o servidor apresentou informação falsa deverá, de imediato, proceder com a apuração dos fatos, com vistas à aplicação da penalidade administrativa correspondente e reposição ao erário dos valores percebidos indevidamente, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis ao servidor.

Art. 10. O auxílio-transporte não será devido cumulativamente com benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

Art. 11. A disponibilização do Auxílio-Transporte será efetuada de forma antecipada, via crédito em folha de pagamento do beneficiário, no mês anterior ao da utilização do transporte municipal, salvo nas seguintes situações, quando se fará no mês subsequente:

I – início do efetivo exercício do cargo ou função ou reinício de exercício, decorrente de licenças ou afastamentos legais;

II – alteração de tarifa de transporte coletivo, endereço residencial, percurso ou meio de transporte utilizado, em relação à sua complementação.

§ 1º. Incidirá desconto no Auxílio-Transporte o valor correspondente ao dia não trabalhado, por qualquer que seja a razão.

§ 2º. Os valores recebidos indevidamente serão restituídos no mês subsequente, de uma só vez, monetariamente atualizados, mediante desconto em folha do servidor.

Art. 12. O pagamento indevido do Auxílio-Transporte caracteriza falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente sujeitando quem deu causa ao prejuízo às penalidades administrativas, cíveis e penais previstas em lei.

Art. 13. A concessão do Auxílio-Transporte cessará:

I – por expressa desistência do servidor;

II – pela exoneração, dispensa, aposentadoria, demissão, falecimento ou qualquer outro evento que implique exclusão do servidor do serviço público municipal;

III – pela cassação do benefício, quando o servidor deixar de cumprir ou infringir qualquer das obrigações e requisitos dispostos nesta lei.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Auxílio-Transporte de que trata esta lei:

I – não tem natureza salarial ou remuneratória;

II – não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

III – não é considerado para efeito de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

IV – não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

V – não configura rendimento tributável do servidor.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias que compõem o Quadro de Detalhamento de Despesas da Câmara Municipal de Itabuna.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 02 de janeiro de 2020.

FERNANDO GOMES OLIVEIRA
Prefeito

MARIA ALICE ARAÚJO PEREIRA
Secretária de Governo